

Banco Pine S.A.

30 de junho de 2022

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis
adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições
autorizadas a funcionar pelo Bacen



**BANCO
PINE**

Relatório do Auditor Independente.....	1
Resumo do Comitê de Auditoria.....	10
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	11
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	12
Parecer do Conselho Fiscal.....	13
Relatório da Administração.....	14
Balanço Patrimonial.....	19
Demonstração do Resultado.....	20
Demonstração do Resultado Abrangente.....	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	22
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	23
Demonstração do Valor Adicionado.....	24

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	25
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	25
3. Principais Práticas Contábeis.....	25
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	29
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	30
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	34
8. Outros Ativos Financeiros.....	36
9. Ativos Fiscais.....	37
10. Investimentos.....	38
11. Outros Ativos.....	39
12. Imobilizado de Uso.....	39
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	39
14. Dívida Subordinada.....	40
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	40
16. Outros Passivos.....	41
17. Patrimônio Líquido.....	41
18. Demonstração de Resultado.....	42
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	43
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	44
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	45
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	45
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	45
24. Operações Ativas Vinculadas.....	49
25. Outras Informações.....	49
26. Outros Assuntos.....	50
27. Eventos Subsequentes.....	51

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

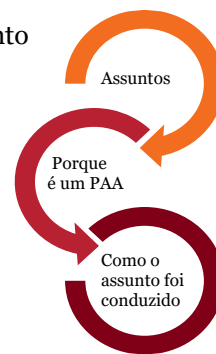
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3, 3(e), 6(a) e 25(c), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Os títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Consolidado possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em

Banco Pine S.A.

30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

Banco Pine S.A.

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco Pine S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no site eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no 1º semestre de 2022

No cumprimento de suas atribuições e em relação às atividades a seguir, o Comitê de Auditoria observou:

a) Auditoria Independente: O Comitê realizou reuniões com a *PricewaterhouseCoopers* (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê monitorou a adequação da estrutura e funcionamento da Auditoria Interna, discutiu, aprovou e acompanhou a revisão da política, a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a PwC os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o relatório da Administração e o relatório do Auditor Independente.

d) Administração de Riscos: A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma integrada, compreendendo Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional, regulamentados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê acompanhou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

O Comitê manteve atenção especial à gestão dos riscos provocados pela pandemia do COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas adotadas pelo Conglomerado Pine.

e) Outras atividades do Comitê: O Comitê realizou reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento e apreciação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, canais de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, segurança da informação, LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realização de créditos tributários, relações com investidores e auditor independente, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades para o Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que o sistema de controles internos é adequado ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e que conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2022 e ao estudo de realização do crédito tributário, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

William Pereira Pinto – Presidente e Membro Qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Walkyria Aparecida Augusto – Membro Independente

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"); Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luis Patrício
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas") e Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luís Patrício
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zíngira de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 e com base nos exames efetuados, e à vista do Relatórios do Auditores Independentes, emitido pela *PricewaterhouseCooper* Auditores Independentes, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Jefferson Dias Miceli
Welinton Gesteira Souza

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar empresas em todo território nacional. A estratégia do Banco baseia-se no relacionamento de longo prazo, entendendo o negócio e potencial do cliente, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos. Para atingir esse objetivo, o Banco busca aperfeiçoar as jornadas dos clientes, aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência, ofertando soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia-a-dia das empresas.

O Banco se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$10 milhões conforme segmentação abaixo. Além disso, segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.



Grupos econômicos com faturamento anual
acima de R\$ 500 milhões



EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual de
até R\$ 500 milhões

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

No âmbito externo, o segundo trimestre foi marcado pela continuidade do conflito Rússia-Ucrânia e pela deterioração adicional das perspectivas de alta de juros nos EUA, na zona do euro e no Reino Unido. Apesar de os dois eventos globais estarem associados por meio da aceleração da inflação – ligada à ampliação das restrições de oferta logísticas e de bens industriais e à alta dos preços das commodities –, os efeitos do conflito afetam muito mais a Europa do que os EUA por conta das restrições de gás natural impostas pela Rússia e, em geral, em função da elevação do preço do petróleo. Na Europa, além disso, a restrição de oferta de gás natural impõe um limite para o crescimento econômico europeu, fazendo com que, especificamente, a zona do euro cresça menos do que 2% este ano e 1% no ano que vem.

Do ponto de vista da política monetária global, a continuidade da guerra acirra a inflação advinda dos choques de oferta dos bens industriais e do petróleo em 2022, aumentando a pressão sobre os bancos centrais na direção de elevações das taxas de juros acima das expectativas atuais, o que tende a contribuir adicionalmente para a desaceleração do PIB global. O caso do Brasil, em particular, não foi – e não continuará sendo – qualitativamente diferente; a diferença quantitativa é que a intensidade da alta adicional de juros no Brasil será menor, já que o BACEN já majorou a Selic para 13,75%, estando bem à frente dos outros bancos centrais.

Segundo as expectativas de mercado, a Selic deverá atingir 14,25% no final do terceiro trimestre. No curto prazo, as razões para isso residem nas pressões que levaram o IPCA anual a atingir no final do segundo trimestre o patamar de 11,89%, ante 11,30% no primeiro trimestre. No final de 2022 e de 2023, o consenso de mercado para o IPCA é perto de 7%, levando as projeções para a Selic para pelo menos 13,5% até a metade de 2023.

Apesar de os apertos adicionais da taxa básica de juros normalmente desacelerarem o PIB, o consenso para o crescimento econômico brasileiro em 2022 subiu de 0,7% para pelo menos 1,5% por conta da aceleração da atividade no setor de serviço, que desempenha um papel muito importante para a absorção de mão de obra, refletindo diretamente na taxa de desemprego, que por sua vez caiu para 8,7% em junho ante o consenso de pelo menos 10,5%, o que explica o impulso de demanda que a economia brasileira vivencia atualmente.

Parte da aceleração do crescimento do setor de serviços vem do aumento da mobilidade social após o fim dos efeitos contracionistas advindos da pandemia do covid-19. A outra parte vem da continuidade dos impulsos fiscais promovidos pelo governo federal, os quais aparecem, principalmente: (i) na viabilização dos saques extraordinários do FGTS, (ii) na duplicação do Vale Gás, (iii) na prorrogação do Refis para pequenas empresas, e (iv) no aumento do Auxílio Brasil para R\$400,00 no primeiro semestre de 2022. Contabilizando a elevação de despesas para estimular o crescimento do PIB e a redução de alíquotas de impostos, como o IPI e o ICMS sobre gasolina, etanol, serviços de telecomunicações e energia elétrica, as benesses fiscais devem totalizar quase R\$250 bilhões, valor comparável aos impulsos fiscais compensatórios que caracterizaram o auge dos efeitos recessivos da pandemia em 2020.

No entanto, é importante notar que, apesar da elevação de despesas federais, o forte aumento de arrecadação federal e dos governos estaduais tem gerado a perspectiva de resultado primário do setor público perto de 0% do PIB ou mesmo levemente positivo. Estas expectativas têm reduzido os juros futuros longos (ou seja, os vencidos acima de janeiro 2025), melhorado a perenidade do crédito privado de longo prazo e a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, o que facilita qualquer ação do BC em levar a Selic abaixo de 10,5% no final de 2023. Mais importante ainda para a redução

da Selic rumo a 8% a 9% no final de 2023, será a redução e a limitação das despesas correntes do governo federal e o respeito ao teto de gastos, pelo menos até o fim de 2024. Isso seria fundamental para diminuir as expectativas de inflação em 2023 e para manter a mediana das projeções de inflação em 2024.

Elevadas expectativas de inflação contribuem para manter a inflação relativamente alta e resiliente, limitando o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, e contribuindo para que o PIB anual de 2023 fique abaixo de 1% ante a expectativa de pelo menos 1,5% em 2022.

A Selic abaixo da perspectiva de 10,5% no ano que vem e rumo a 8% a 9%, consistente com maior controle fiscal, é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado, e para preservar o crédito PJ com recursos privados acima de 15% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 1,5% em 2023.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado societário consolidado

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variation
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	75,1	92,6	23,3%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2,2	(21,5)	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal	(85,3)	(87,0)	2,0%
Resultado operacional	(8,7)	9,1	-
Lucro líquido contábil	1,8	6,3	-

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 2T22 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variação
Margem financeira bruta	75,6	70,8	(6,3%)
Custo de crédito	(21,3)	18,0	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(87,9)	(91,1)	3,6%
Resultado operacional	(2,3)	16,0	-
Lucro líquido recorrente	1,8	6,3	-

- A Margem Financeira Bruta somou R\$70,8 milhões no primeiro semestre de 2022, redução de 6,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado pela leve redução na carteira do segmento Grandes Empresas.
- No 1S22, a oscilação no Custo do Crédito em relação ao 1S21 é reflexo, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 18,3% em relação ao 1S21, principalmente com comissão de fianças e receita de seguros, decorrente da estratégia em atuar de maneira mais seletiva nesse produto.
- Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas de 3,6% em 1S22 na comparação com o mesmo período de 2021, refletindo, principalmente, o aumento no quadro de colaboradores.
- **O resultado recorrente gerencial totalizou R\$6,3 milhões no 1S22, comparado a R\$1,8 milhão no 1S21.**
- › A carteira de crédito classificada (Res. CMN nº 2.682/99), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$4,1 bilhões em junho de 2022, patamar relativamente estável em relação aos períodos anteriores.
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 91,7% da carteira de crédito ao final de junho de 2022.

- O total de captação atingiu R\$8,0 bilhões em junho de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$1,8 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou junho de 2022 em 11,9%, sendo 10,0% de Capital Nível I.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os *ratings* local de curto e longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

	Longo Prazo	Curto Prazo
	BBB-.br	ML A-3.br
	Outlook: estável	

4. RECURSOS HUMANOS

Por meio do “Pine Pulsa”, são disseminados diariamente os valores da instituição. **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos** é o que nos move e o mundo digital transformador é o que nos impulsiona. Fortalecemos o ambiente focado em pessoas e valores, cultivado por desafios com a missão do crescimento exponencial sustentável.

Nos últimos meses, o Banco retomou ativamente suas atividades ao escritório. Entende-se a importância de manter o equilíbrio entre as jornadas e formas de trabalho, por isso, fortaleceu o modelo híbrido identificando as necessidades de interação presenciais diante das atividades de cada área.

Um dos pilares da Estratégia Gestão de Pessoas do Banco Pine é a “Qualidade de Vida”. Pensando em semear e garantir que os colaboradores estivessem protegidos contra a gripe, em meados do mês de maio, aconteceu a tradicional campanha de vacinação no escritório da matriz. Neste dia, além dos profissionais, seus familiares também foram vacinados e aproveitaram para conhecer nosso escritório.

“Gestão de Pessoal” é um dos indicadores da nossa bússola e consiste em “garantir a execução do plano de ação de clima da área e institucional”, além de “garantir também a execução de dois feedbacks no ano para todos os colaboradores”.

Para dar continuidade nas ações que envolvem esse objetivo, no trimestre, realizamos alguns workshops colaborativos focados nos multiplicadores internos que fazem parte do plano de ação. Os temas abordados foram: “Lei Geral de Proteção de Dados”, “Jornada ESG”, “Compras” e “Produtos de Crédito na Visão de Finanças”, ministrados, respectivamente, por membros das equipes de Segurança da Informação, ESG, Serviços & Patrimônio e Controladoria.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos políticas atualizadas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com os acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BRGaap e IFRS; e
- › Presença de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Em 2020 a Comissão ESG foi criada, dando início a um projeto de reestruturação nos aspectos ambientais, sociais e de governança no Banco Pine. Avançamos nesse tema ao longo do ano de 2021 por meio da criação de uma Agenda ESG, nos aprofundando na maturidade de gestão de cada dimensão do banco. Criamos um plano trienal (2022~2024) como parte do processo evolutivo do nosso modelo de gestão ESG.

No final de 2021, demos início ao processo de adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial no desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade, principalmente nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Por meio da adesão, nos comprometemos em colaborar com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nosso plano trienal está pautado em diversas ações internas e externas para atingirmos esses objetivos. No âmbito ambiental, nos comprometemos com a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA); revisão dos procedimentos de aceitação de garantias sob a ótica do risco socioambiental; análise da exposição do risco socioambiental dos ativos; criação de KPIs para avaliar a exposição de risco socioambiental de garantias; criação de KPIs para avaliar as autuações de ativos imobiliários recebidas em garantias; e estudo e análise de exposição ao risco climático.

A Jornada ESG do Banco para os próximos anos está sendo desenvolvida por meio das seguintes frentes de atuação:

- Revisão da Estratégia ESG e Adequação da Gestão e Governança ESG
- Revisão da Política Socioambiental e aprimoramento da Gestão de Risco Socioambiental e Climático
- Atualização do Código de Conduta da instituição e de seus fornecedores
- Programa de engajamento no Combate a Corrupção
- Programa de Diversidade e Inclusão
- Programa de Investimento Social Privado e Voluntariado

A agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais, desta forma o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) com base nessas novas orientações. A atualização da PRSA teve como objetivo a formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais e a revisão das diretrizes ESG institucionais. A PRSA do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Além disso, seguimos com a parceira junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Aumento de Capital em 2022

Conforme Fato Relevante divulgado em 16 de fevereiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou aumento de capital de, no mínimo, R\$42,9 milhões e, no máximo, R\$70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R\$1,60, e o período de preferência se encerrou dia 24 de março de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, foi atribuído 1 (um) bônus de subscrição, em série única, para cada 3 (três) ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 (uma) ação ON e 2 (duas) ações PN.

Após o encerramento do período de subscrição das sobras, dia 18 de abril de 2022, foram subscritas um total de 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.253.508,80, correspondentes a aproximadamente 88% (oitenta e oito por cento) das ações disponíveis para subscrição no âmbito do aumento de capital. Foram emitidos também 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações no aumento de capital. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

Entendemos que o Aumento de Capital fortalecerá a estrutura de capital, e consequentemente nossa capacidade de crescer o portfólio de crédito, aumentar a base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, nos permitindo perpetuar nosso propósito, incrementar os níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios.

Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2022, foi decidido pela instalação do Conselho Fiscal nos termos da Lei e do Estatuto Social do Banco. Em mesma reunião foram indicados e aprovados os nomes dos conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo os mesmos aprovados pelo BACEN no dia 28 de julho de 2022.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$5.704,4 milhões, representando 83,4% do total de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2022.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a junho de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	163.355	222.709	163.356	222.710
Ativos financeiros		12.641.612	13.303.243	12.725.799	13.820.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	99.052	93.012	99.052	93.012
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.840.457	6.977.486	6.840.457	6.979.808
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.355.959	1.659.529	1.355.959	1.659.529
Operações de crédito	7	3.351.308	3.675.546	3.351.308	3.675.546
Outros ativos financeiros	8	994.836	897.670	1.079.023	1.412.462
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(243.843)	(229.833)	(246.365)	(229.833)
(-) Operações de crédito e outros créditos		(243.843)	(229.833)	(246.365)	(229.833)
Ativos fiscais	9.a	1.002.205	1.011.667	1.003.669	1.012.586
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	704.816	707.529	474	474
Outros ativos	11	401.724	341.841	974.271	427.421
Imobilizado de uso	12	27.745	26.620	27.745	26.620
Intangível		3.862	3.862	3.862	3.862
(-) Depreciação e amortização		(21.674)	(20.595)	(21.674)	(20.595)
(-) Imobilizado de uso	12	(19.533)	(18.883)	(19.533)	(18.883)
(-) Intangível		(2.141)	(1.712)	(2.141)	(1.712)
TOTAL DO ATIVO		14.679.802	15.367.043	14.631.137	15.263.602
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		13.511.348	14.255.718	13.447.108	14.146.561
Depósitos	13.a	7.274.996	7.211.086	7.210.756	7.101.929
Captações no mercado aberto	13.b	3.666.131	4.485.015	3.666.131	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	586.009	589.150	586.009	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	23.654	41.602	23.654	41.602
Dívida subordinada	14	132.334	132.506	132.334	132.506
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.816.027	1.792.181	1.816.027	1.792.181
Outros passivos financeiros		12.197	4.178	12.197	4.178
Provisões	15	23.707	21.779	23.774	21.779
Outros passivos	16	300.478	310.413	315.986	316.129
TOTAL DO PASSIVO		13.835.533	14.587.910	13.786.868	14.484.469
Patrimônio líquido	17	844.269	779.133	844.269	779.133
Capital social		1.263.647	1.202.393	1.263.647	1.202.393
De domiciliados no país		1.134.780	1.073.526	1.134.780	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(7.397)	(4.986)	(7.397)	(4.986)
Prejuízos acumulados		(411.981)	(418.274)	(411.981)	(418.274)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	844.269	779.133	844.269	779.133
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.679.802	15.367.043	14.631.137	15.263.602

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(E em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		718.097	432.832	718.003	432.832
Operações de crédito	18.a	368.061	190.843	368.061	190.843
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	313.979	187.809	313.885	187.809
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	52.348	61.800	52.348	61.800
Resultado de operações de câmbio		(16.291)	(7.620)	(16.291)	(7.620)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(627.764)	(358.344)	(625.363)	(357.702)
Operações de captação no mercado	18.b	(604.908)	(355.105)	(602.507)	(354.463)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(1.379)	(5.484)	(1.379)	(5.484)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(21.477)	2.245	(21.477)	2.245
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		90.333	74.488	92.640	75.130
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(85.724)	(86.806)	(83.587)	(83.793)
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.467	11.406	9.565	15.035
Rendas de tarifas bancárias		6.171	4.237	6.171	4.237
Despesas de pessoal	18.e	(51.157)	(42.361)	(51.463)	(42.361)
Outras despesas administrativas	18.f	(35.442)	(40.958)	(35.545)	(42.964)
Despesas tributárias	18.g	(5.285)	(5.211)	(5.925)	(10.931)
Resultado de participação em controladas	10.a	(3.771)	5.336	-	-
Outras receitas operacionais	18.h	4.707	5.937	4.787	38.491
Outras despesas operacionais	18.i	(9.414)	(25.192)	(11.177)	(45.300)
RESULTADO OPERACIONAL		4.609	(12.318)	9.053	(8.663)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.j	14.775	18.414	11.052	17.419
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		19.384	6.096	20.105	8.756
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(8.982)	32	(9.703)	(2.628)
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	22	(4.109)	(4.345)	(4.109)	(4.345)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		6.293	1.783	6.293	1.783
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES					
Lucro líquido por ação ordinária		0,0643	0,0236	-	-
Lucro líquido por ação preferencial		0,0711	0,0246	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do semestre		6.293	1.783	6.293	1.783
Outros ajustes abrangentes	17.d	(2.411)	(19.400)	(2.411)	(19.400)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(4.526)	(35.716)	(4.488)	(35.716)
Hedges de fluxo de caixa		1	1	1	1
Imposto de renda e contribuição social		2.019	15.873	1.981	15.873
Outros ⁽¹⁾		95	442	95	442
Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do semestre		3.882	(17.617)	3.882	(17.617)

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R\$)



	Individual				
	Nota	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.644)	-	(19.644)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	244	-	244
Lucro Líquido do semestre		-	-	1.783	1.783
Saldos em 30 de junho de 2021	17	1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133
Aumento de capital	17.a	61.254	-	-	61.254
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(2.520)	-	(2.520)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	109	-	109
Lucro líquido do semestre		-	-	6.293	6.293
Saldos em 30 de junho de 2022	17	1.263.647	(7.397)	(411.981)	844.269

	Consolidado				
	Nota	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.644)	-	(19.644)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	244	-	244
Lucro Líquido do semestre		-	-	1.783	1.783
Saldos em 30 de junho de 2021	17	1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133
Aumento de capital	17.a	61.254	-	-	61.254
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(2.463)	-	(2.463)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	52	-	52
Lucro líquido do semestre		-	-	6.293	6.293
Saldos em 30 de junho de 2022	17	1.263.647	(7.397)	(411.981)	844.269

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R\$)



		Individual		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido ajustado		64.895	2.733	60.642	9.006
Lucro líquido do semestre		6.293	1.783	6.293	1.783
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		21.967	7.575	21.967	7.575
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	21.477	(2.245)	21.477	(2.245)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.982	(5.011)	8.433	(4.074)
Depreciação e amortização	18.f	1.079	1.166	1.079	1.166
Provisão para contingências		1.301	1.698	1.368	1.698
Provisão para garantias financeiras prestadas		25	3.103	25	3.103
Resultado de participação em controladas	10.a	3.771	(5.336)	-	-
Variação de ativos e passivos		(152.079)	(91.204)	(148.826)	(142.477)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		3.120	(6.059)	3.120	(6.059)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		134.561	(1.040.505)	136.940	(1.040.505)
(Aumento) Redução de operações de crédito		316.771	(361.050)	319.293	(361.050)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(88.667)	(80.490)	341.942	(117.377)
(Aumento) Redução de outros ativos		(59.883)	69.477	(546.850)	70.832
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		327.416	50.280	327.416	50.280
Aumento (Redução) de depósitos		63.910	49.810	108.827	27.460
Aumento (Redução) de operações compromissadas		(818.884)	1.043.301	(818.884)	1.043.301
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(3.141)	153.321	(3.141)	153.321
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(17.948)	(11.457)	(17.948)	(11.457)
Aumento (Redução) de outros passivos		(9.334)	42.168	459	48.777
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(87.184)	(88.471)	(88.184)	(133.471)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso		(1.125)	(166)	(1.125)	(166)
Alienação (Aquisição) de intangível		-	(515)	-	(515)
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	(1.000)	(45.000)	-	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(2.125)	(45.681)	(1.125)	(681)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	17	61.254	-	61.254	-
(Aumento) Redução em obrigações por dívida subordinada	14	(172)	53.359	(172)	53.359
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		61.082	53.359	61.082	53.359
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	312.601	230.436	312.602	230.437
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(21.967)	(7.575)	(21.967)	(7.575)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	262.407	142.068	262.408	142.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas		721.326	449.879	716.924	464.959
Receitas da intermediação financeira		718.097	432.832	718.003	432.832
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.467	11.406	9.565	15.035
Rendas de tarifas bancárias		6.171	4.237	6.171	4.237
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(21.477)	2.245	(21.477)	2.245
Outras		10.068	(841)	4.662	10.610
Despesas de intermediação financeira		(606.287)	(360.589)	(603.886)	(359.947)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(32.082)	(32.196)	(32.185)	(34.202)
Materiais, energias e outros		(188)	(190)	(188)	(190)
Serviços de terceiros		(24.113)	(23.195)	(24.176)	(24.315)
Outros		(7.781)	(8.811)	(7.821)	(9.697)
Valor adicionado (consumido) bruto		82.957	57.094	80.853	70.810
Depreciação e amortização	18.f	(1.079)	(1.166)	(1.079)	(1.166)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		81.878	55.928	79.774	69.644
Valor adicionado recebido em transferência		(3.771)	5.336	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(3.771)	5.336	-	-
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		78.107	61.264	79.774	69.644
Distribuição do valor adicionado (consumido)		78.107	61.264	79.774	69.644
Remuneração do trabalho		55.266	46.706	55.572	46.706
Proventos	18.e	30.592	26.585	30.844	26.585
Benefícios e treinamento	18.e	7.139	6.130	7.143	6.130
Encargos sociais	18.e	13.426	9.646	13.476	9.646
Participação nos lucros		4.109	4.345	4.109	4.345
Remuneração de governos		14.267	5.179	15.628	13.559
Federais	18.g	4.563	4.423	5.119	6.069
Municipais	18.g	722	788	-	4.862
Imposto de renda e contribuição social	19	8.982	(32)	9.703	2.628
Remuneração de capitais de terceiros		2.281	7.596	2.281	7.596
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	2.281	7.596	2.281	7.596
Remuneração de capitais próprios		6.293	1.783	6.293	1.783
Lucro Líquido retido		6.293	1.783	6.293	1.783

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Individuais E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 30 de junho de 2022, na reunião realizada em 8 de agosto de 2022.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em	
		30/06/2022	31/12/2021
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999	99,9999
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
 Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
 Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigências a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, a apresentação de Informações financeiras de forma completa e divulgação da segregação de resultado recorrente e não recorrente.

Resoluções do CMN que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:**Propriedades para Investimento**

A Resolução CMN nº 4.967/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco Pine não identificou impactos.

Investimentos

A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco Pine não identificou impactos.

Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/21, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/21, estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Banco Pine não adotou tal opção.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:**Instrumentos Financeiros**

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;

- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277/13 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068/01;

- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082/02; e

- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464/07.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.n)

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens;

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Conforme a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 – Rendimentos de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro líquido (Prejuízo) por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados em apenas uma linha na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

v) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada.

z) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços contidos e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$95.909 (31 de dezembro de 2021 - R\$99.758) que são classificados em Nível 3.

aa) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades ⁽¹⁾	163.355	222.709	163.356	222.710
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	99.052	89.892	99.052	89.892
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	262.407	312.601	262.408	312.602

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado				
				30/06/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	32.499	-	-	32.499	10.499
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	14.997	-	-	14.997	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.000
Total de aplicações em operações compromissadas	47.496	-	-	47.496	13.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	30.000	2.716	-	32.716	7.270
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	18.840	-	-	18.840	72.243
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	48.840	2.716	-	51.556	79.513
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	96.336	2.716	-	99.052	93.012

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

								30/06/2022		Individual		
								Total		31/12/2021		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	-	353.835	327.261	262.106	10.306	953.508	966.701	(13.193)	702.054	710.637	(8.583)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	274.181	190.501	200.502	-	665.184	665.880	(696)	564.587	565.781	(1.194)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	54.523	-	-	54.523	59.250	(4.727)	50.913	54.965	(4.052)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	79.654	82.237	61.604	10.306	233.801	241.571	(7.770)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Debêntures ⁽¹⁾	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Total de títulos disponíveis para venda	-	4.771	353.835	360.596	330.476	33.074	1.082.752	1.096.040	(13.288)	833.880	842.585	(8.705)
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	4	-	8.625	20.534	23.765	52.928	53.392	(464)	273.583	275.550	(1.967)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	23.465	23.465	23.471	(6)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	4	-	8.625	20.534	300	29.463	29.921	(458)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Ações de companhias abertas	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Total de títulos para negociação	386	4	-	8.625	20.534	23.765	53.314	53.778	(464)	273.984	275.951	(1.967)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	591.610	-	-	591.610	591.610	-	561.227	561.227	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	430.415	-	-	430.415	430.415	-	666.010	666.010	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	143.824	919.832	2.803.103	815.607	4.682.366	4.682.366	-	4.642.385	4.642.385	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
Total de títulos	386	4.775	497.659	2.311.078	3.154.113	872.446	6.840.457	6.854.209	(13.752)	6.977.486	6.988.158	(10.672)

								30/06/2022		Consolidado		
								Total		31/12/2021		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	-	353.835	327.261	262.106	10.306	953.508	966.701	(13.193)	704.376	713.054	(8.678)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	274.181	190.501	200.502	-	665.184	665.880	(696)	564.586	565.781	(1.195)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	54.523	-	-	54.523	59.250	(4.727)	53.236	57.382	(4.146)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	79.654	82.237	61.604	10.306	233.801	241.571	(7.770)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Debêntures ⁽¹⁾	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Total de títulos disponíveis para venda	-	4.771	353.835	360.596	330.476	33.074	1.082.752	1.096.040	(13.288)	836.202	845.002	(8.800)
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	4	-	8.625	20.534	23.765	52.928	53.392	(464)	273.583	275.550	(1.967)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	23.465	23.465	23.471	(6)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	4	-	8.625	20.534	300	29.463	29.921	(458)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Ações de companhias abertas	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Total de títulos para negociação	386	4	-	8.625	20.534	23.765	53.314	53.778	(464)	273.984	275.951	(1.967)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	591.610	-	-	591.610	591.610	-	561.227	561.227	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	430.415	-	-	430.415	430.415	-	666.010	666.010	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	143.824	919.832	2.803.103	815.607	4.682.366	4.682.366	-	4.642.385	4.642.385	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
Total de títulos	386	4.775	497.659	2.311.078	3.154.113	872.446	6.840.457	6.854.209	(13.752)	6.979.808	6.990.575	(10.767)

(1) Em 30 de junho de 2022, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R\$6.772 (30 de junho de 2021 R\$7.548) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 30 de junho de 2022, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$7.308 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$4.788 no Individual e R\$4.845 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$464 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$1.967 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2021) no resultado.

Por categoria	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Títulos disponíveis para venda	1.082.752	833.880	1.082.752	836.202
Financiada	342.440	418.799	342.440	418.799
Livre	549.058	233.687	549.058	236.009
Vinculada	191.254	181.394	191.254	181.394
Títulos disponíveis para negociação	53.314	273.984	53.314	273.984
Financiada	5.021	228.909	5.021	228.909
Livre	48.293	45.075	48.293	45.075
Títulos mantidos até o vencimento	5.704.391	5.869.622	5.704.391	5.869.622
Financiada	3.817.787	4.278.406	3.817.787	4.278.406
Livre	1.128.844	818.909	1.128.844	818.909
Vinculada	757.760	772.307	757.760	772.307
Total	6.840.457	6.977.486	6.840.457	6.979.808

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de operações com títulos de renda fixa	327.663	196.616	327.665	196.616
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(8.174)	(8.626)	(8.270)	(8.626)
Rendas de operações com títulos de renda variável	2.371	1.077	2.371	1.077
Despesas de operações com títulos de renda variável	(7.881)	(1.258)	(7.881)	(1.258)
Total	313.979	187.809	313.885	187.809

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	30/06/2022			Individual e Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	4.680	1.260.149	1.264.829	2.312	1.491.882	1.494.194
Contratos a termo - a receber	74.178	15.338	89.516	64.471	21.989	86.460
Prêmios de opções a exercer	1.013	601	1.614	78.875	-	78.875
Total a receber	79.871	1.276.088	1.355.959	145.658	1.513.871	1.659.529
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(5.435)	(1.534.344)	(1.539.779)	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)
Contratos a termo - a pagar	(249.629)	(18.465)	(268.094)	(22.115)	(3.940)	(26.055)
Prêmios de opções lançadas	(5.318)	(2.836)	(8.154)	-	-	-
Total a pagar	(260.382)	(1.555.645)	(1.816.027)	(44.762)	(1.747.419)	(1.792.181)
Valor líquido	(180.511)	(279.557)	(460.068)	100.896	(233.548)	(132.652)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	30/06/2022				Individual e Consolidado			
				Resultado/ Patrimônio líquido				Resultado/ Patrimônio líquido
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar		Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.346.006	1.255.118	-		4.307.837	1.478.881	-	
Juros	4.194.799	1.207.022	-		4.257.907	1.421.290	-	
Moeda	151.207	48.096	-		49.930	57.591	-	
Posição passiva:	4.346.006	-	(1.527.564)		4.307.837	-	(1.763.191)	
Juros	4.292.258	-	(1.525.603)		4.231.425	-	(1.741.701)	
Moeda	53.748	-	(1.961)		76.412	-	(21.490)	
Valor líquido		1.255.118	(1.527.564)	17.082		1.478.881	(1.763.191)	57.640
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	8.833	9.711	-		11.778	15.313	-	
Moeda	8.833	9.711	-		11.778	15.313	-	
Valor líquido		9.711	-	(1.976)		15.313	-	1.686
Risco de mercado								
Posição ativa:	227.285	-	(12.215)		227.285	-	(2.935)	
Juros	227.285	-	-		227.285	-	-	
Valor líquido		-	(12.215)	(12.354)		-	(2.935)	(1.663)
Valor líquido de Swap		1.264.829	(1.539.779)	2.752		1.494.194	(1.766.126)	57.663
Contratos a termo								
Posição ativa:	3.513.608	89.516	-		2.357.846	86.460	-	
Juros	2.073.124	14.717	-		1.231.932	19.773	-	
Moeda	1.184.634	39.393	-		1.017.088	57.000	-	
Commodities	255.850	35.406	-		108.826	9.687	-	
Posição passiva:	3.513.608	-	(268.094)		2.357.846	-	(26.055)	
Juros	1.440.484	-	(13.543)		1.125.913	-	(8.576)	
Moeda	1.454.214	-	(69.932)		928.950	-	(6.969)	
Commodities	618.910	-	(184.619)		302.983	-	(10.510)	
Valor líquido		89.516	(268.094)	(377.841)		86.460	(26.055)	44.737
Opções								
Prêmios de opções a exercer	113.016	1.614	-		242.956	78.875	-	
Juros	-	-	-		74.919	-	-	
Moeda	5.655	1.140	-		168.037	78.875	-	
Commodities	107.361	474	-		-	-	-	
Prêmios de opções lançadas	258.499	-	(8.154)		-	-	-	
Moeda	5.655	-	(8.154)		-	-	-	
Commodities	252.844	-	-		-	-	-	
Valor líquido		1.614	(8.154)	17.189		78.875	-	91.782
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.355.959	(1.816.027)	(357.900)		1.659.529	(1.792.181)	194.182

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/06/2022				Individual e Consolidado			
				Resultado				Resultado
	Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	Ajuste diário a Receber		Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	Ajuste diário a Receber	
	Compra	Venda	(pagar)		Compra	Venda	(pagar)	
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	1.679.315	146.483	3.889		2.363.828	76.883	1.340	
Moeda	108.689	113.581	(1.707)		197.490	1.120.576	20.476	
Cupom cambial futuro	211.050	202.769	(221)		476.326	495.256	394	
Commodities	588.178	210.054	-		277.319	318.032	98	
Total	2.587.232	672.887	1.961	410.248	3.314.963	2.010.747	22.308	(188.346)

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xb).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	53.256	80.935	2.002.760	2.427.851	17.322	4.582.124
Contratos a termo	2.709.454	318.360	485.794	-	-	3.513.608
Opções	105.670	232.335	33.510	-	-	371.515
Futuros	1.229.504	273.547	1.165.991	588.451	2.626	3.260.119
Total	4.097.884	905.177	3.688.055	3.016.302	19.948	11.727.366

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	30/06/2022				Individual e Consolidado			
				Futuros				Futuros
	Swaps	Contratos a termo	Opções		Swaps	Contratos a termo	Opções	
Bolsa	-	-	-	3.260.119	-	-	-	5.325.710
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	2.454.988	-	-	-	4.712.840
Bolsas no exterior	-	-	-	805.131	-	-	-	612.870
Balcão	4.582.124	3.513.608	371.515	-	4.546.900	2.357.846	242.956	-
Instituições Financeiras	4.395.571	-	149.700	-	3.043.478	-	-	-
Empresas	186.553	3.513.608	221.815	-	1.503.422	2.357.846	242.956	-
Total	4.582.124	3.513.608	371.515	3.260.119	4.546.900	2.357.846	242.956	5.325.710

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	30/06/2022	31/12/2021
LFT - Letra financeira do tesouro	6.910	6.555
NTN - Nota do tesouro nacional	750.850	765.752
Total	757.760	772.307

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 30 de junho de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$68 (positivo de R\$841 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de *hedge* (swaps) em operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa e no valor negativo de R\$70 (negativo de R\$844 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado do objeto do *hedge*. Não houve parcela inefetiva em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	Individual e Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329	27.170	841
Total	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329	27.170	841
Objeto de Hedge								
Repasse do exterior	8.833	18.538	18.608	(70)	11.778	26.339	27.183	(844)
Total	8.833	18.538	18.608	(70)	11.778	26.339	27.183	(844)

x.b) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

A partir do segundo semestre de 2021, o Pine contratou estrutura de *hedge accounting* de risco de mercado.

	Individual e Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Objeto de Hedge								
Captações	227.285	240.041	215.225	(24.816)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	227.285	240.041	215.225	(24.816)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	757.390	836.567	756.031	(80.536)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	757.390	836.567	756.031	(80.536)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Objeto de Hedge								
Captações	757.390	836.567	739.451	(97.116)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Total	757.390	836.567	739.451	(97.116)	496.203	527.716	485.417	(42.299)

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.104.793	2.350.265	2.104.793	2.350.265
Resolução CMN nº 3.844	8.113	11.473	8.113	11.473
Conta corrente garantida	219.326	233.465	219.326	233.465
Repasse de instituições oficiais do Brasil	5.042	14.420	5.042	14.420
Financiamento em moeda estrangeira	18.678	14.729	18.678	14.729
Financiamentos a exportação	556.143	524.372	556.143	524.372
Títulos descontados	439.213	526.822	439.213	526.822
Subtotal de operações de crédito	3.351.308	3.675.546	3.351.308	3.675.546
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	205.592	200.135	281.432	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	423.343	318.374	423.343	318.374
Avais e fianças honradas	77.052	81.994	77.052	81.994
Carteira de crédito	4.057.295	4.276.049	4.133.135	4.277.400
Créditos abertos para importação	8.985	2.437	8.985	2.437
Garantias prestadas	357.892	358.950	357.892	358.950
Garantias prestadas e responsabilidades	366.877	361.387	366.877	361.387
Títulos privados ⁽³⁾	129.244	131.826	129.244	131.826
Títulos com risco de crédito	129.244	131.826	129.244	131.826
Total carteira expandida	4.553.416	4.769.262	4.629.256	4.770.613

(1) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b).

(2) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8).

(3) Composto por debêntures (Nota 6.a).

b) Por vencimento

Prazo				Individual					Consolidado	
				30/06/2022					31/12/2021	
	A Vencer	Vencidos	Total	Total		A Vencer	Vencidos	Total	Total	
Até 3 meses	1.174.853	18.090	1.192.943	1.191.229		1.174.853	18.090	1.192.943	1.191.229	
De 3 a 12 meses	1.440.832	10.141	1.450.973	1.603.314		1.440.832	10.141	1.450.973	1.603.314	
De 1 a 3 anos	1.099.574	-	1.099.574	1.203.371		1.175.414	-	1.175.414	1.204.722	
De 3 a 5 anos	163.189	-	163.189	142.756		163.189	-	163.189	142.756	
De 5 a 15 anos	83.355	-	83.355	135.379		83.355	-	83.355	135.379	
Acima de 15 anos	67.261	-	67.261	-		67.261	-	67.261	-	
Total carteira de crédito	4.029.064	28.231	4.057.295	4.276.049		4.104.904	28.231	4.133.135	4.277.400	
Até 3 meses	50.397	-	50.397	60.006		50.397	-	50.397	60.006	
De 3 a 12 meses	24.575	31.689	56.264	108.657		24.575	31.689	56.264	108.657	
De 1 a 3 anos	165.784	-	165.784	154.885		165.784	-	165.784	154.885	
De 3 a 5 anos	91.975	-	91.975	35.492		91.975	-	91.975	35.492	
De 5 a 15 anos	2.457	-	2.457	2.347		2.457	-	2.457	2.347	
Total garantias prestadas e responsabilidades	335.188	31.689	366.877	361.387		335.188	31.689	366.877	361.387	
Até 3 meses	4.771	-	4.771	-		4.771	-	4.771	-	
De 3 a 12 meses	-	-	-	7.952		-	-	-	7.952	
De 1 a 3 anos	33.335	-	33.335	32.068		33.335	-	33.335	32.068	
De 3 a 5 anos	68.371	-	68.371	69.094		68.371	-	68.371	69.094	
Acima de 15 anos	22.767	-	22.767	22.712		22.767	-	22.767	22.712	
Total títulos com risco de crédito	129.244	-	129.244	131.826		129.244	-	129.244	131.826	
Total carteira expandida	4.493.496	59.920	4.553.416	4.769.262		4.569.336	59.920	4.629.256	4.770.613	

c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Administração pública	227.739	245.848	227.739	245.848
Agropecuário	603.714	553.350	603.714	553.350
Alimentos e bebidas	233.269	252.102	233.269	252.102
Comércio	425.656	534.628	425.656	534.628
Construção e imobiliário	577.917	629.191	653.757	630.542
Financeiro	36.670	29.686	36.670	29.686
Papel e celulose	32.290	37.544	32.290	37.544
Químico e petroquímico	301.224	290.953	301.224	290.953
Educação, saúde e outros serviços sociais	101.087	144.784	101.087	144.784
Siderurgia e metalurgia	53.148	69.436	53.148	69.436
Telecomunicações	117.251	144.714	117.251	144.714
Transportes	277.291	312.943	277.291	312.943
Açúcar e álcool	341.742	384.484	341.742	384.484
Indústria	295.003	149.100	295.003	149.100
Serviços	236.372	177.611	236.372	177.611
Outros	693.043	812.888	693.043	812.888
Total da carteira expandida	4.553.416	4.769.262	4.629.256	4.770.613

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível				Individual			
				30/06/2022		31/12/2021	
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão	Total
AA	420.987	-	420.987	-	540.555	-	-
A	1.160.831	-	1.160.831	5.804	997.839	4.989	4.989
B	1.197.635	296	1.197.931	11.979	1.351.521	13.515	13.515
C	892.171	43.249	935.420	28.063	1.060.419	31.812	31.812
D	52.287	6.034	58.321	5.832	53.001	5.300	5.300
E	70.575	3.677	74.252	22.275	59.205	17.763	17.763
F	89.755	790	90.545	50.892	88.667	44.333	44.333
G	91.582	40	91.622	91.612	94.048	81.327	81.327
H	21.552	5.834	27.386	27.386	30.794	30.794	30.794
Total	3.997.375	59.920	4.057.295	243.843	4.276.049	229.833	229.833

Nível				Consolidado			
				30/06/2022		31/12/2021	
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão	Total
AA	494.219	-	494.219	-	541.906	-	-
A	1.160.831	-	1.160.831	5.804	997.839	4.989	4.989
B	1.197.635	296	1.197.931	11.979	1.351.521	13.515	13.515
C	892.171	43.249	935.420	28.063	1.060.419	31.812	31.812
D	52.287	6.034	58.321	5.832	53.001	5.300	5.300
E	70.575	3.677	74.252	22.275	59.205	17.763	17.763
F	89.755	790	90.545	50.892	88.667	44.333	44.333
G	91.868	40	91.908	91.812	94.048	81.327	81.327
H	23.874	5.834	29.708	29.708	30.794	30.794	30.794
Total	4.073.215	59.920	4.133.135	246.365	4.277.400	229.833	229.833

Em 30 de junho de 2022, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$33.096 (R\$15.493 em 31 de dezembro de 2021) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine

	30/06/2022		Individual 31/12/2021		30/06/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maiores devedores								
Maior devedor	92.480	2,03	98.673	2,07	92.480	2,00	98.673	2,07
2º ao 10º	644.178	14,15	652.574	13,68	644.178	13,92	652.574	13,68
11º ao 20º	470.938	10,34	510.485	10,70	470.938	10,17	510.485	10,70
21º ao 50º	882.944	19,39	856.464	17,96	882.944	19,07	856.464	17,95
51º ao 100º	709.210	15,58	716.873	15,03	709.210	15,32	716.873	15,03
Demais devedores	1.753.666	38,51	1.934.193	40,56	1.829.506	39,52	1.935.544	40,57
Total carteira expandida	4.553.416	100,00	4.769.262	100,00	4.629.256	100,00	4.770.613	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Saldo inicial	229.833	298.107
Constituição/(Reversão)	21.477	(2.245)
Baixas para prejuízo	(7.467)	(58.701)
Saldo final	243.843	237.161

Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.477)	2.245
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.g)	50.106	3.847
Impairment - Debêntures	(6.772)	(7.548)
Despesas com Cessão (Nota 18.i)	(708)	-
Descontos concedidos	(2.030)	(1.816)
Outras Provisões ⁽¹⁾	(1.152)	(17.996)
Total	17.967	(21.268)

(1) Refere-se a provisão sobre variação cambial de Adiantamento de contrato de câmbio e provisão de Ativos não financeiros mantidos para venda.

g) Recuperação de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$50.106 (R\$3.847 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

h) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2022 existiam contratos renegociados no valor de R\$520.806 (R\$457.945 em 31 de dezembro de 2021). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$6.000 (R\$58 em 31 de dezembro de 2021). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$708 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021), não descontado a provisão no valor de R\$3.241 (R\$82 em 31 de dezembro de 2021). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Avais e fianças honradas	77.052	81.994	77.052	81.994
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	468.309	367.213	468.309	367.213
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	57.045	56.927	59.545	59.354
Diversos (Nota 8.b)	290.467	285.912	371.279	797.736
Negociação e Intermediação de Valores	66.580	86.167	66.580	86.167
Rendas a receber	18.037	14.434	18.912	14.975
Relações interfinanceiras	17.346	5.023	17.346	5.023
Total	994.836	897.670	1.079.023	1.412.462
Circulante	646.205	563.650	663.966	567.279
Não Circulante	348.631	334.020	415.057	845.183

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	437.028	322.247
Direitos sobre venda de câmbio	51.725	35.048
Rendas a receber	7.380	9.918
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(27.824)	-
Total	468.309	367.213
Circulante	407.823	332.170
Não Circulante	60.486	35.043
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	52.702	34.344
Obrigações por compra de câmbio	421.488	308.456
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(415.963)	(308.456)
Total	58.227	34.344
Circulante	58.227	34.344

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos e antecipações salariais	2.178	528	2.178	528
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	147	173	147	173
Adiantamentos por conta de imobilizações	12.324	10.764	12.533	15.355
Devedores por compra de valores e bens ^{(1) (3)}	205.592	200.135	281.432	201.486
Imposto de renda a compensar	69.396	72.115	71.115	73.830
Valores a receber de sociedades ligadas	5	10	-	-
Títulos e créditos a receber ^{(2) (3)}	-	-	-	502.006
Devedores diversos - País e exterior	825	2.187	3.874	4.358
Total	290.467	285.912	371.279	797.736
Circulante	68.225	49.659	85.111	52.747
Não Circulante	222.242	236.253	286.168	744.989

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2021, no Consolidado refere-se, principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes no montante de R\$435.727 e recebíveis a prazo, no montante de R\$66.279.

(3) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica "Outros créditos - Diversos - Títulos e créditos a receber" foi reclassificado para "Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda" e a carteira de recebíveis foi reclassificada para "Outros créditos - Diversos - Devedores por compra de valores e bens".

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	30/06/2022			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	107.416	85.933	193.349	101.889	81.511	183.400
Créditos baixados para prejuízo	102.092	81.674	183.766	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	-	-	-	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	206.903	165.404	372.307	205.404	164.204	369.608
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	242.053	-	242.053	244.720	-	244.720
Outras provisões	5.961	4.769	10.730	6.009	4.807	10.816
Total	664.425	337.780	1.002.205	670.868	340.799	1.011.667

	30/06/2022			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	108.343	86.267	194.610	102.445	81.711	184.156
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	24	14	38
Créditos baixados para prejuízo	102.092	81.674	183.766	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	-	-	-	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	207.013	165.470	372.483	205.482	164.251	369.733
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	242.053	-	242.053	244.720	-	244.720
Outras provisões	5.978	4.779	10.757	6.009	4.807	10.816
Total	665.479	338.190	1.003.669	671.526	341.060	1.012.586

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/06/2022			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.622	2.097	4.719	2.280	1.824	4.104
Ajuste de títulos para negociação	629	503	1.132	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	1.096	877	1.973	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	73.351	58.680	132.031	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	74.405	-	74.405	143.690	-	143.690
MTM hedge de fluxo de caixa	17	14	31	208	168	376
Total (Nota 16.a)	152.120	62.171	214.291	184.300	32.490	216.790

	30/06/2022			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.755	2.177	4.932	2.391	1.891	4.282
Ajuste de títulos para negociação	629	503	1.132	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	1.096	877	1.973	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	73.351	58.680	132.031	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	74.405	-	74.405	143.690	-	143.690
MTM hedge de fluxo de caixa	17	14	31	208	168	376
Total (Nota 16.a)	152.253	62.251	214.504	184.411	32.557	216.968

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.011.667	1.012.677	1.012.586	1.014.679
Constituição	20.999	39.867	24.716	51.231
Reversão	(30.461)	(40.877)	(33.633)	(53.324)
Saldo final	1.002.205	1.011.667	1.003.669	1.012.586

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	216.790	213.387	216.968	213.539
Constituição	17.828	50.075	19.012	52.027
Reversão	(20.327)	(46.672)	(21.476)	(48.598)
Saldo final	214.291	216.790	214.504	216.968

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	149.495	103.430	252.925	216.388	149.495	103.430	252.925	216.388
De 1 a 2 anos	53.607	36.739	90.346	66.513	54.661	37.149	91.810	67.592
De 2 a 3 anos	44.320	7.378	51.698	33.068	44.320	7.378	51.698	33.068
De 3 a 4 anos	114.125	11.407	125.532	67.691	114.125	11.407	125.532	67.691
De 4 a 5 anos	35.805	25.775	61.580	28.079	35.805	25.775	61.580	28.079
De 5 a 8 anos	176.040	119.922	295.962	99.777	176.040	119.922	295.962	99.777
De 8 a 10 anos	91.033	33.129	124.162	41.511	91.033	33.129	124.162	41.511
Total	664.425	337.780	1.002.205	553.027	665.479	338.190	1.003.669	554.106

Obrigações fiscais diferidas	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	5.622	4.499	10.121	5.622	4.499	10.121
De 1 a 2 anos	1.655	1.324	2.979	1.788	1.404	3.192
De 2 a 3 anos	17.204	13.764	30.968	17.204	13.764	30.968
De 3 a 4 anos	47.575	38.060	85.635	47.575	38.060	85.635
De 4 a 5 anos	2.292	1.833	4.125	2.292	1.833	4.125
De 5 a 8 anos	741	593	1.334	741	593	1.334
De 8 a 10 anos	77.031	2.098	79.129	77.031	2.098	79.129
Total	152.120	62.171	214.291	152.253	62.251	214.504

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

	30/06/2022						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do semestre	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	670	7	670	7
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	4.765	4.815	(66)	4.815	(66)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	1.853	(274)	1.853	(274)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) ⁽⁶⁾	99,9999	565.796.649	565.797	562.252	(3.715)	562.252	(3.715)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	492.156	25.100	28.568	(533)	28.568	(533)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽⁷⁾	99,9999	52.199.999	53.200	51.957	(264)	51.957	(264)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9999	86.030.599	86.031	54.227	1.074	54.227	1.074
Total					(3.771)	704.342	(3.771)

	31/12/2021						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	663	5	663	5
Pine Investimentos DTVM Ltda. ^{(3) (4)}	99,9998	892.299	4.765	4.824	(169)	4.824	(226)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.127	24	2.127	24
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) ^{(1) (5)}	99,9999	565.796.649	565.797	565.967	2.221	565.967	2.221
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	99,9990	492.156	100	29.101	3.664	29.101	3.664
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9999	52.199.999	52.200	51.221	(386)	51.221	(386)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9999	86.030.599	86.031	53.152	(2.357)	53.152	(2.357)
Total					3.002	707.055	2.945

(1) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$25.000, totalmente subscrito e integralizado.

(2) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital nos montantes de R\$5.000, mediante a incorporação de parte do saldo das Reservas Estatutárias e R\$20.000, totalmente subscrito e integralizado.

(3) Em 29 de setembro de 2021, houve redução de capital no montante de R\$10.378, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.

(4) Em 10 de novembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$1.450, mediante a incorporação do saldo das Reservas Estatutárias e R\$308, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal, totalmente subscrito e integralizado.

(5) Em 27 de dezembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$40.000, mediante emissão de novas quotas do mesmo valor unitário, totalmente subscrito e integralizado.

(6) Em 03 de março de 2022, a Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. teve sua razão social alterada para P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.

(7) Em 29 de março de 2022, houve aumento de capital no montante de R\$1.000, totalmente subscrito e integralizado.

b) Outros Investimentos

O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$474, avaliado pelo método de custo.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Imóveis ⁽¹⁾	385.905	332.671	934.269	397.506
Provisão para perdas	(16.121)	(16.337)	(17.306)	(17.633)
Total	369.784	316.334	916.963	379.873
Não Circulante	369.784	316.334	916.963	379.873

(1) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica "Outros créditos – Diversos – Títulos e créditos a receber" foi reclassificado para "Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda".

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios de seguros	13.171	15.144	38.439	37.185
Aluguéis ⁽¹⁾	10.817	10.166	10.817	10.166
Gastos na emissão de títulos no Exterior	61	95	61	95
Impostos	440	-	440	-
Outras	7.451	102	7.551	102
Total	31.940	25.507	57.308	47.548
Circulante	6.388	17.675	13.040	20.191
Não Circulante	25.552	7.832	44.268	27.357

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	21.620	(15.526)	6.094	6.555
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	3.847	(1.746)	2.101	1.083
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(2.261)	17	99
Total	27.745	(19.533)	8.212	7.737

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos (Nota 13.a)	7.274.996	7.211.086	7.210.756	7.101.929
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	3.666.131	4.485.015	3.666.131	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	586.009	589.150	586.009	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	23.654	41.602	23.654	41.602
Total	11.550.790	12.326.853	11.486.550	12.217.696
Circulante	5.611.879	6.571.003	5.573.651	6.504.318
Não Circulante	5.938.911	5.755.850	5.912.899	5.713.378

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual			30/06/2022 Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	155.806	-	-	139.516	-	-
Até 30 dias	-	109.863	85.404	-	109.863	85.404
De 61 a 90 dias	-	45.369	22.569	-	45.369	22.569
De 91 a 180 dias	-	245.047	372.663	-	245.047	372.663
De 181 a 360 dias	-	490.145	-	-	468.207	-
Acima de 360 dias	-	5.748.130	-	-	5.722.118	-
Total	155.806	6.638.554	480.636	139.516	6.590.604	480.636

Composição por Vencimento	Individual			31/12/2021 Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	interfinanceiros
Sem vencimento	195.382	-	-	128.697	-	-
Até 30 dias	-	222.857	-	-	222.857	-
De 31 a 60 dias	-	150.150	-	-	150.150	-
De 61 a 90 dias	-	137.143	35.811	-	137.143	35.811
De 91 a 180 dias	-	245.793	61.055	-	245.793	61.055
De 181 a 360 dias	-	361.880	435.380	-	361.880	435.380
Acima de 360 dias	-	5.365.635	-	-	5.323.163	-
Total	195.382	6.483.458	532.246	128.697	6.440.986	532.246

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	270.608	589.685
LFT - letra financeira do tesouro	731.452	854.800
NTN - notas do tesouro nacional	2.632.948	2.990.508
Debêntures	31.123	50.022
Total	3.666.131	4.485.015
Circulante	3.666.131	4.485.015

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado				
				30/06/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	15.065	175.397	132.770	323.232	320.217
Letras de crédito do agronegócio	14.487	191.115	57.175	262.777	262.498
Letras financeiras	-	-	-	-	6.435
Total	29.552	366.512	189.945	586.009	589.150

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado				
	30/06/2022		31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	1.306	2.896	836	5.038	14.409
Operações de repasses do exterior	18.611	-	-	18.611	27.188
Operações de empréstimos no exterior	5	-	-	5	5
Total	19.922	2.896	836	23.654	41.602

14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Individual e Consolidado				
	30/06/2022		31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Letras Financeiras	48.303	26.160	57.871	132.334	132.506
Total	48.303	26.160	57.871	132.334	132.506

Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	30/06/2022
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 156%	27.492
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	16.879
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.929
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.570
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.021
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	19.264
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.712
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	46.830
	317	2022	2029	CDI	150%	329
Total	122.296					132.334

Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
Letras Financeiras						
	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.825
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.014
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,67%	18.237
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.140
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025
Total	123.379					132.506

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	-	369	67	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	8.888	6.987	8.888	6.987
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	7.095	6.724	7.095	6.724
Fianças Prestadas (Nota 21)	7.724	7.699	7.724	7.699
Total	23.707	21.779	23.774	21.779
Circulante	-	-	67	-
Não Circulante	23.707	21.779	23.707	21.779

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	51.077	50.395	-	369	53.502	52.746	67	369
Contingências Trabalhistas	5.030	5.724	8.888	6.987	5.030	5.724	8.888	6.987
Contingências Cíveis	938	808	7.095	6.724	1.013	884	7.095	6.724
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	7.724	7.699	-	-	7.724	7.699
Total	57.045	56.927	23.707	21.779	59.545	59.354	23.774	21.779

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$49.219 no Individual e R\$49.541 no Consolidado (R\$48.047 no Individual e R\$48.360 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Adicionalmente, em 30 de junho de 2022, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$4.489 no Individual e no Consolidado (R\$9.191 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual				Consolidado			
	30/06/2022				31/12/2021			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586
Constituição (reversão)	(369)	1.487	183	1.301	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	414	188	602	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	-	8.888	7.095	15.983	369	6.987	6.724	14.080

	Individual				Consolidado			
	30/06/2022				31/12/2021			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586
Constituição (reversão)	(302)	1.487	183	1.368	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	414	188	602	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	67	8.888	7.095	16.050	369	6.987	6.724	14.080

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de junho de 2022 o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis (R\$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	806	788	806	788
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	58.227	34.344	58.227	34.344
Credores diversos - país e exterior	16.398	10.416	25.779	10.797
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	217.646	220.812	223.717	226.144
Negociação e intermediação de valores	3.511	14.091	3.511	14.091
Resultado de exercícios futuros ⁽¹⁾	-	11.885	-	11.885
Outros	3.890	18.077	3.946	18.080
Total	300.478	310.413	315.986	316.129
Circulante	77.459	118.898	89.884	121.996
Não Circulante	223.019	191.515	226.102	194.133

(1) Conforme a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 – Rendimentos de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	207	240	223	248
Impostos e contribuições sobre salários	2.564	3.253	2.585	3.253
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	2.973	2.602
ISS	111	151	128	160
IRRF	471	105	471	105
PIS e Cofins a recolher	2	273	48	334
Provisão para PIS e Cofins	-	-	2.785	2.474
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	214.291	216.790	214.504	216.968
Total	217.646	220.812	223.717	226.144
Circulante	3.355	41.182	6.343	43.896
Não Circulante	214.291	179.630	217.374	182.248

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.263.646 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R\$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.254.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve deliberação de dividendos e juros sobre o capital próprio.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(13.288)	(8.762)	(13.288)	(8.800)
Títulos e valores mobiliários	(13.288)	(8.762)	(13.288)	(8.800)
Hedge fluxo de caixa	(2)	(3)	(2)	(3)
Objeto do Hedge	(70)	(844)	(70)	(844)
Instrumento do Hedge	68	841	68	841
Outros	(159)	(254)	(159)	(254)
Efeito Tributário	6.052	4.033	6.052	4.071
Total	(7.397)	(4.986)	(7.397)	(4.986)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Adiantamentos a depositantes	16.810	6.460
Rendas de empréstimos	300.549	156.905
Rendas de financiamentos	50.702	27.478
Total	368.061	190.843

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de depósitos interfinanceiros	982	580	982	580
Despesas de depósitos a prazo	349.271	293.208	346.870	292.566
Despesas de operações compromissadas	207.498	33.415	207.498	33.415
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	35	42	35	42
Despesas de contribuição ao FGC	8.317	5.315	8.317	5.315
Despesas com LCA	11.524	7.363	11.524	7.363
Despesas com LF	10.686	11.645	10.686	11.645
Despesas com LCI	16.595	3.537	16.595	3.537
Total	604.908	355.105	602.507	354.463

(1) Contempla variação cambial.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	231	398
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	242	254
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	906	4.832
Total	1.379	5.484

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Comissão de fiança	3.592	6.326	3.592	6.326
Comissão de intermediação	53	211	53	211
Rendas de cobrança	2.784	2.027	2.784	2.027
Rendas com tarifas	1.325	2.141	1.325	2.141
Outras ⁽¹⁾	713	701	1.811	4.330
Total	8.467	11.406	9.565	15.035

(1) Em 30 de junho de 2022 e 2021, no consolidado, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	25.111	21.344	25.111	21.344
Benefícios	7.117	6.093	7.121	6.093
Encargos sociais	13.426	9.646	13.476	9.646
Honorários da diretoria	4.950	4.880	5.202	4.880
Treinamento	22	37	22	37
Estagiários	531	361	531	361
Total	51.157	42.361	51.463	42.361

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de água, energia e gás	122	140	122	140
Despesas com aluguéis	1.874	7.002	1.874	7.002
Despesas de arrendamento de bens	407	594	407	594
Despesas de comunicações	2.544	3.058	2.544	3.058
Despesas de manutenção e conservação de bens	557	430	557	431
Despesas de material	66	50	66	50
Despesas de processamento de dados	9.187	7.099	9.187	7.099
Despesas de relações públicas	421	507	436	563
Despesas de seguros	2.750	2.372	2.770	2.380
Despesas com serviços do sistema financeiro	5.390	5.708	5.392	5.711
Despesas com serviços de terceiros	654	449	654	915
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.261	1.065	1.261	1.422
Despesas com serviços técnicos especializados	4.100	4.879	4.147	5.117
Despesas de transporte	277	132	277	132
Despesas de viagens	221	35	221	35
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	2.269	4.480	2.269	4.480
Despesas de amortização e depreciação	1.079	1.166	1.079	1.166
Emolumentos judiciais e cartórios	98	168	98	254
Outras despesas administrativas	2.165	1.624	2.184	2.415
Total	35.442	40.958	35.545	42.964

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
ISS	720	788	742	861
Cofins	3.812	3.764	4.266	5.027
PIS	619	612	718	885
Outros ⁽¹⁾	134	47	199	4.158
Total	5.285	5.211	5.925	10.931

(1) Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de encargos e despesas	53	6	53	6
Atualização monetária ativa	1.501	327	1.589	347
Atualização de créditos judiciais	205	391	205	391
Reversão provisão fiança	-	179	-	179
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.886	4.901	2.907	4.901
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	62	133	33	32.667
Total	4.707	5.937	4.787	38.491

(1) Em 30 de junho de 2021, no consolidado, refere-se principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes)

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	4.187	6.599	4.275	6.599
Despesa de cessão	708	-	708	-
Provisão de fiança	25	3.282	25	3.282
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	4.494	15.311	6.169	35.419
Total	9.414	25.192	11.177	45.300

(1) Em 30 de junho de 2022 e 2021, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre contrato de câmbio no montante de R\$1.368 no Individual e Consolidado.

j) Resultado não operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2022 e 2021, o Resultado não Operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas não operacionais	16.371	26.182	34.144	31.853
Despesas não operacionais	(1.596)	(7.768)	(23.092)	(14.434)
Total	14.775	18.414	11.052	17.419

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	15.275	1.751	15.996	4.411
Lucro líquido antes da tributação	15.275	1.751	15.996	4.411
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(6.874)	(788)	(7.198)	(1.985)
Diferenças permanentes	(2.108)	820	(2.505)	(643)
Variação cambial de investimento no exterior	-	(343)	-	(343)
Outros ajustes	(2.108)	1.163	(2.505)	(300)
Imposto de renda e contribuição social	(8.982)	32	(9.703)	(2.628)

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$1.541 (R\$1.698 em 30 de junho de 2021) e a despesa no montante de R\$669 (R\$3.038 em 30 de junho de 2021) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração fixa	4.952	4.885
Remuneração variável	1.541	1.698
Benefícios de curto prazo	4.769	2.521
Total	11.262	9.104

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Administradores ⁽¹⁾			2.773	8.390	(187)	(95)
Depósitos à vista	Sem vencimento		21	324	-	-
Depósitos a prazo	29/06/2028	100% a 120%	570	941	(22)	-
Captação no mercado aberto	-	95%	-	3.501	-	(47)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	29/05/2023	90% a 100%	26	240	(1)	(6)
Recursos de letras de crédito imobiliário	29/01/2024	91% a 100%	312	519	(18)	(1)
Recursos de letras financeiras	13/04/2029	150%	1.844	2.865	(146)	(41)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			29.207	13.028	(820)	(368)
Operações de crédito	15/08/2022		18.316	2.119	(269)	-
Depósitos à vista	Sem vencimento		7	3	-	-
Depósitos a prazo	18/02/2028	98% a 120%	1.570	1.424	(60)	(110)
Captação no mercado aberto	-	95%	-	500	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	05/06/2023	96% a 100%	309	204	(12)	(4)
Recursos de letras de crédito imobiliário	05/02/2024	97,5% a 100%	178	420	(10)	(10)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	8.827	8.358	(469)	(244)

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Empresas ligadas			64.245	109.158	(2.372)	(638)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	-	3	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	-	-	3
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)			-	-	-	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			3	2	16	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			2	-	10	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Sem vencimento		1	88	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	Sem vencimento		14.475	64.137	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Sem vencimento		44	92	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		7	53	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	Sem vencimento		1.764	2.314	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	19/12/2024	99%	2.297	-	(116)	(36)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	15/12/2023	99%	773	1.027	(49)	(13)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	29/11/2023	99%	186	179	(10)	(2)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	-	99%	-	-	-	(103)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	25/11/2024	99%	7.622	6.734	(371)	(86)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	99%	894	192	(19)	(6)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	01/04/2024	99%	36.177	34.340	(1.836)	(397)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas						30/06/2022
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.195.646	22,81	118.091.121	63,34
Conselho de Administração	-	-	179.905	0,20	179.905	0,10
Administradores	-	-	6.341.907	7,16	6.341.907	3,40
Total	97.895.475	100,00	26.717.458	30,17	124.612.933	66,84

Acionistas						31/12/2021
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	75.577.842	100,00	16.905.558	23,30	92.483.400	62,41

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	2	3.410	1
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	304.654	295	307.859	274
Outras Fianças Bancárias	49.828	7.427	47.681	7.424
Total	357.892	7.724	358.950	7.699

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2022		
Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		Provável ^(I)	Possível ^(II)	Remoto ^(III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(4.878.726)	(15.246.433)	(30.492.865)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	(15.496)	(158.511)	(317.023)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	222.996	(2.020.383)	(4.040.765)
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(2.580.462)	(7.961.587)	(15.923.173)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(79.966)	(796.512)	(1.593.024)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	20	1.601	3.201
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	-	1	2
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	823.043	936.185	1.872.370
Total (soma não correlacionada)*		(11.434.580)	(23.524.395)	(47.048.789)
Total (soma correlacionada)**		(6.508.591)	(25.245.639)	(50.491.277)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 30 de junho de 2022 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	1,60%	14,00%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	2,63%	6,30%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	4,41%	7,61%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	4,36%	12,09%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	1,68%	4,18%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	0,30%	1,19%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,31%	0,05%	2,31%
Cesta de Moedas	5,23	20,20%	6,28

Cenário II - Possível Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	25%	17,23%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	25%	7,68%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	25%	9,11%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	25%	14,48%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	25%	5,14%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	25%	1,48%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,31%	25%	2,89%
Cesta de Moedas	5,23	25%	6,53

Cenário III - Remoto Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	50%	20,67%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	50%	9,21%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	50%	10,93%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	50%	17,37%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	50%	6,17%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	50%	1,78%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,31%	50%	3,47%
Cesta de Moedas	5,23	50%	7,84

h) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;
- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilidade, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

i) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 30 de junho de 2022, foi de 11,87% (11,11% em 31 de dezembro de 2021), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

j) Índice de Imobilização

O índice de Imobilização em 30 de junho de 2022, foi de 18,38% (19,12% em 31 de dezembro de 2021). De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

k) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 30 de junho de 2022, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	30/06/2022		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	27.343	1.721
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	28.621	1.466

Em 30 de junho de 2022, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2022, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens", no montante de R\$407 (30 de junho de 2021 - R\$594).

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	99.052	99.052	93.012	93.012
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	8.930.127	8.196.416	9.204.499	8.639.337
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.161.045	3.107.465	3.498.530	3.445.713
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	686.897	781.827	582.791	601.854
Total de ativos financeiros	12.877.121	12.184.760	13.378.832	12.779.916
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	139.516	139.516	128.697	128.697
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	480.636	480.636	532.246	532.246
Depósitos a prazo ^(v)	6.061.806	6.590.604	5.850.077	6.440.986
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.666.131	3.666.131	4.485.015	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	571.195	586.009	560.968	589.150
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	24.035	23.654	41.700	41.602
Dívida subordinada ^(v)	132.334	132.334	132.506	132.506
Total de passivos financeiros	11.075.653	11.618.884	11.731.209	12.350.202

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.

iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 30 de junho de 2022, efetuamos a reclassificação de R\$18.608 para curto prazo (R\$27.183 em 31 de dezembro de 2021).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Em 30 de junho de 2022 e 2021, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

26. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos da pandemia do COVID-19

O cenário de pandemia causado pelo novo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que o Banco Pine colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Com o avanço da vacinação no país e dos colaboradores do Banco, foi possível realizar a retomada gradual aos escritórios por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia que permitiram as interações virtuais com mais agilidade.

Para mais informações sobre a estratégia e performance do Banco, consulte o relatório gerencial do primeiro semestre de 2022 disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>.

b) Operação de Swap

O Conselho de Administração do Pine, em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2021, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap* – “TRS”) com liquidação financeira (“Operação”), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço (“hedge”). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN nº 3.921, em Reais com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação TRS com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de swap não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

As contratações dos Swap foram concluídas em maio de 2021. Não foram identificados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 30 de junho de 2022.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de julho de 2022, foram empossados os membros da Diretoria: (i) Diretor Executivo: Sr. Noberto Nogueira Pinheiro Junior; (ii) Diretores sem designação específica: Srs. Alcides Roberto Rocha e Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho, cuja eleição foi deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2022, devidamente homologada pelo Banco Central do Brasil, em 27 de julho de 2022.

A DIRETORIA**CONTADORA**

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0



BANCO
PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830